
**ESCRITURA PARTICULAR DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURE NÃO CONVERSÍVEL EM
AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DE EMISSÃO DA
USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS**

15 DE DEZEMBRO DE 2008



**Escritura Particular da 5ª Emissão de Debênture Não Conversível em Ações, da
Espécie Quirografária, em Série Única, de Emissão da Usinas Siderúrgicas de
Minas Gerais S.A. - USIMINAS**

Pelo presente instrumento particular:

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS, sociedade por ações, com sede na Rua Prof. José Vieira de Mendonça, 3.011, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.894.730/0001-05, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, (a "Emissora");

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13 – grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, representando o debenturista adquirente da debênture objeto da presente emissão (o "Debenturista"), neste ato representado na forma de seu Contrato Social (o "Agente Fiduciário"),

Contando, ainda, na qualidade de interveniente prestadora de garantia fidejussória, com:

USIMINAS MECÂNICA S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Prof. José Vieira de Mendonça, 3.011, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.500.224/0001-65, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o "Garantidor"),

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar a presente **ESCRITURA PARTICULAR DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURE NÃO CONVERSÍVEL EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DE EMISSÃO DA USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS** (a "Escritura"), observadas as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO

A Escritura é firmada com base nas autorizações deliberadas na Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora (a "AGE") realizada em 17 de novembro de 2008, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada de tempos em tempos.

CLÁUSULA II - REQUISITOS

A 5ª emissão de debênture da Emissora (a "Emissão" e a "Debênture") será feita com a observância dos seguintes requisitos:



2.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação

A ata da AGE foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("Junta Comercial") em 26 de novembro de 2008, sob o n.º 4018678 e foi publicada no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional e no jornal Estado de Minas nas edições datadas de 15 de dezembro de 2008. A ata de AGE também será publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 62, inciso I da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

2.2. Inscrição da Escritura

A Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

2.3. Dispensa de Registro na CVM

A Emissão não será registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em conformidade com a dispensa automática de registro prevista no artigo 5º, II, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM nº 400").

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Emissão será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"), em atendimento ao "Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", de 25 de agosto de 2008, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob n.º 5067090.

2.5. Registro para Colocação

2.5.1. A Debênture será registrada (i) para colocação no mercado primário, no SDT- Módulo de Distribuição de Títulos e (ii) para custódia eletrônica no SND – Módulo Nacional de Debêntures, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a integralização da Debênture, neste caso, liquidada através da CETIP.

2.5.2. A Emissora obriga-se imediatamente, às suas expensas, mediante prévio requerimento do Debenturista, a tomar todas e quaisquer providências e medidas legais e regulamentares necessárias para desdobramento da Debênture em quantidade a ser determinada pelo Debenturista, incluindo, mas não se limitando a, efetuar o devido registro para negociação da Debênture ou das debêntures resultantes do



desmembramento no mercado secundário no mercado de bolsa ou de balcão organizado, sujeitando-se necessariamente ao registro prévio na CVM ou a dispensa, de acordo com o disposto na Instrução CVM nº 400, conforme alterada de tempos em tempos.

2.5.2.1. A Emissora compromete-se também, às suas expensas e sempre que requisitado pelo Debenturista, a fornecer informações sobre o andamento do processo de registro do desdobramento da Debênture junto a CVM.

2.5.3. Na hipótese de ser requerido o desdobramento e o posterior registro da Debênture na CVM, ou sua dispensa, com o objetivo da negociação da Debênture no mercado secundário, as disposições contidas nos itens 4.2 (aa) e (bb) desta Escritura de Emissão deixarão automaticamente de ser aplicáveis e a disposição contida nos subitens (i) e (ii) do item 4.2 (s) desta Escritura de Emissão passará, automaticamente, a vigorar com a seguinte redação:

(i) Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,75 (três e setenta e cinco centésimos); e

(ii) EBITDA por Despesas Financeiras igual ou superior a 2,75 (dois e setenta e cinco centésimos).

2.5.3.1. Não obstante o disposto no item anterior, caso, a qualquer tempo, o único investidor da Debênture no mercado primário deixe de deter qualquer tipo de participação como investidor na Debênture (antes ou depois de eventual desdobramento), ficarão sem efeito as disposições desta Escritura de Emissão relativas: (i) aos compromissos de destinação de recursos previstos nos itens 3.19, 4.2(t), 4.2(u), 4.2(v), 4.2.5 e 8.2(r) desta Escritura de Emissão, e (ii) à garantia fidejussória prestada pelo Garantidor, nos termos da Cláusula Nove e das demais disposições relacionadas ao Garantidor contidas nesta Escritura de Emissão. A partir do momento em que o único investidor da Debênture no mercado primário deixar de deter qualquer tipo de participação, nos termos desta cláusula, a Emissora aplicará os recursos no curso ordinário de suas atividades.

CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA DEBÊNTURE

A Debênture terá as seguintes características e condições:

3.1. Valor da Emissão

O valor da Emissão será de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na Data de



Emissão (conforme abaixo definida).

3.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário da Debênture será de R\$ 600.000.000 (seiscentos milhões de reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário").

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única, constituída de 1 (uma) Debênture.

3.3.2. Mediante deliberação do Debenturista, a Debênture poderá ser desdobrada para negociação no mercado secundário, caso em que se aplicará o disposto na Cláusula 2.5.2.

3.4. Forma e Conversibilidade

A Debênture terá forma nominativa, escritural e não será conversível em ações. Não serão emitidos certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade da Debênture será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., banco escriturador da Debênture ("Banco Escriturador"). Adicionalmente, a debênture custodiada na CETIP terá sua titularidade comprovada pelo extrato, expedido por esta Câmara, que igualmente servirá de comprovante de titularidade de debêntures.

3.5. Espécie

3.5.1. A Debênture será da espécie quirográfica, com garantia fidejussória conforme disposto na cláusula IX desta Escritura.

3.5.2 Em virtude da garantia fidejussória a que se refere à cláusula IX, a presente Escritura será registrada no competente cartório de Registro de Títulos e Documentos, do Estado de Minas Gerais, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de assinatura desta Escritura.

3.6. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão da Debênture será o dia da efetiva subscrição e integralização da Debênture (a "Data de Emissão").

3.7. Prazo e Data de Vencimento

A Debênture terá prazo da Data de Emissão até a Data de Vencimento. Para todos os efeitos



legais, a data de vencimento da Debênture será o dia 29 de dezembro de 2020 (a "Data de Vencimento"), data em que será quitada a última parcela da amortização do Valor Nominal Unitário da Debênture juntamente com o valor da Remuneração (conforme abaixo definida) eventualmente devida, em moeda corrente, nos termos desta Escritura.

3.8. Remuneração

3.8.1. A Debênture renderá juros remuneratórios pós-fixados correspondentes à taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, "extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no Jornal gazeta Mercantil, edição nacional, ou na falta deste, em outro jornal de grande circulação ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, pagos semestralmente.

3.8.2. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Onde:

Fator DI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + TDI_k]$$



Onde:

nDI = número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dk = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI, sendo "dk" um número inteiro;

Fator Spread = corresponde ao spread de juros fixos, calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{Fator Spread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}}$$

Onde:

Spread = 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano;

N = número de dias representativo do spread, sendo calculado baseado em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;

n = o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo DT um número inteiro;

DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo DP um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.



Efetua-se o produtório dos fatores diários ($1 + \text{TDI}$), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Se os fatores diários estiveram acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

3.8.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista neste item, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelo Debenturista, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

3.8.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação (o "Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (a "Taxa Substitutiva").

3.8.5. A Remuneração será paga semestralmente, sendo a primeira parcela da Remuneração devida em 29 de junho de 2009 e as demais parcelas devidas nas datas definidas abaixo:

Datas de Pagamento da Remuneração da Debênture
29 de dezembro de 2009
29 de junho de 2010
29 de dezembro de 2010
29 de junho de 2011
29 de dezembro de 2011
29 de junho de 2012
31 de dezembro de 2012
1 de julho de 2013
30 de dezembro de 2013



30 de junho de 2014
29 de dezembro de 2014
29 de junho de 2015
29 de dezembro de 2015
29 de junho de 2016
29 de dezembro de 2016
29 de junho de 2017
29 de dezembro de 2017
29 de junho de 2018
31 de dezembro de 2018
1 de julho de 2019
30 de dezembro de 2019
29 de junho de 2020
29 de dezembro de 2020

3.9. Preço de Subscrição e Integralização

3.9.1. O preço de subscrição e integralização da Debênture será o seu Valor Nominal Unitário.

3.9.2. A integralização da Debênture será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

3.10. Local de Pagamento

Os pagamentos a que faz jus o Debenturista serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP.

3.11. Prorrogação dos Prazos

3.11.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

3.12. Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso no pagamento de qualquer



quantia devida ao Debenturista, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sendo: (i) a multa calculada sobre o valor inadimplido; e (ii) os juros calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

3.13. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver direta ou indiretamente, os interesses do Debenturista, deverão ser, obrigatoriamente, comunicados sob a forma de "Aviso ao Debenturista" a ser enviado aos endereços ou correios eletrônicos do Debenturista e do Agente Fiduciário, sendo que tais comunicados serão considerados entregues quando recebidos sob protocolo de recebimento de correio eletrônico, devendo os respectivos originais ser encaminhado após o envio da mensagem, ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama.

3.14. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por quaisquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente); se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços seguintes:

Para a Emissora:

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS

Rua Prof. José Vieira de Mendonça, 3.011

31310-260 Belo Horizonte, MG

At.: Sr. Paulo Penido Pinto Marques

Telefone: (31) 3499-8775

Fac-símile: (31) 3499-8771

e-mail: ppenido@usiminas.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Gustavo Dezouart

Tel.: 21 2493.7003



Fax: 21 2493.4746

E-mail: agente@oliveiratrust.com.br e gustavo@oliveiratrust.com.br

Para a instituição responsável pela escrituração da Debênture:

BANCO ITAÚ S.A.

Avenida Engenheiro Armando Arruda Pereira, 707 – 9º andar

04344-902 São Paulo, SP

At.: Sr. José Nilson Cordeiro

Telefone: (11) 5029-1317

Fac-símile: (11) 5029-1917

e-mail: Jose-Nilson.Cordeiro@itau.com.br

Para o Garantidor:

Usiminas Mecânica S.A.

Rua Prof. José Vieira de Mendonça, 3.011

31310-260 Belo Horizonte, MG

At.: Sr. Guilherme Muylaert Antunes

Telefone: (31) 3499-9607

Fac-símile: (31) 3499-9202

e-mail: gmantunes@usiminas.com.br

3.15. Limite de Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, considerando que o capital social da Emissora é, nesta data, de R\$ 12.150.000.000,00 (doze bilhões e cento e cinquenta milhões de reais) e que as debêntures da 4ª emissão da Emissora em circulação são da espécie subordinada.

3.16. Repactuação

Não haverá repactuação da Debênture.

3.17. Resgate Antecipado Facultativo

Não haverá resgate antecipado facultativo da Debênture.

3.18. Amortização Programada

O valor do principal será pago em três parcelas, nos valores e nas datas identificados na tabela a seguir:



Data de Pagamento do Principal	Valor de Amortização
31 de dezembro de 2018	R\$ 200.000.000,00
30 de dezembro de 2019	R\$ 200.000.000,00
29 de dezembro de 2020	R\$ 200.000.000,00

3.19. Destinação dos Recursos

3.19.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados a investimentos em projetos de infra-estrutura dentro do território do Brasil ("Investimentos"), referentes a diversos negócios atualmente detidos e a serem desenvolvidos pela Emissora, conforme plano de investimentos, descrito no Anexo II a esta Escritura ("Plano de Investimentos"), que, quando subscrita e integralizada a Debênture pelo Debenturista, considerar-se-ão aprovado pelo Debenturista. Não serão considerados Investimentos as despesas relacionadas à manutenção, custeio e consumo da Emissora e/ou de suas coligadas, controladas e subsidiárias. Durante o Período de Investimentos definido abaixo, a Emissora poderá submeter outros investimentos para serem feitos, sujeitos à aprovação do Debenturista.

3.19.2. Os Investimentos serão realizados até 31 de dezembro de 2010 ("Período de Investimentos") e deverão ser comprovados nos termos desta Escritura.

3.19.3. Como forma de constatação da realização dos Investimentos, a Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário e ao Debenturista, no prazo de 30 (trinta) dias contados do último dia de cada semestre fiscal da Emissora (ou, caso tais datas não sejam dias úteis na sede da Emissora, no dia útil imediatamente subsequente), relatório discriminando o valor de cada pagamento realizado, identificando o fornecedor e as respectivas notas comprobatórias da realização dos Investimentos feitos pela Emissora ou por suas subsidiárias, até que o volume total investido nos Investimentos corresponda ao valor da Emissão ("Relatório Semestral de Investimentos").

3.19.3.1. O Debenturista poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, solicitar a conferência das notas fiscais e/ou faturas, na sede da Emissora (ou de uma de suas subsidiárias, a ser indicado oportunamente pela Emissora), mediante comunicado prévio de 10 (dez) dias úteis à Emissora. As notas fiscais e/ou faturas comprobatórias da realização dos Investimentos deverão constar data de liquidação posterior à Data de Emissão da Debênture.

3.19.4. A Emissora contratará auditoria externa, independente, devidamente registrada na CVM, para realizar, até 60 dias após 31 de dezembro de 2010, a

auditoria das notas fiscais e/ou faturas comprobatórias da realização dos Investimentos, para os fins de comprovação do atendimento ao disposto nas Cláusulas 3.19.1 e 3.19.2 ("Comprovação Final dos Investimentos"), sendo que os custos e as despesas razoáveis e devidamente comprovados decorrentes desta contratação serão da responsabilidade da Emissora.

3.19.4.1 A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário e ao Debenturista o relatório emitido pela auditoria externa em até 5 dias úteis após o encerramento do prazo previsto na Cláusula 3.19.4.

3.20. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar uma única vez ao Banco Mandatário e Escriturador no ato da subscrição a sua condição de imune ou isento. Em caso de alteração posterior nessa condição, o Debenturista deverá comunicar ao Banco Mandatário ou Escriturador. Em caso de negociação da Debênture pelo Debenturista, os novos subscritores se obrigam a informar ao Banco Mandatário e Escriturador sua condição de imune ou isento caso goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária.

CLÁUSULA IV - NEGOCIAÇÃO DA DEBÊNTURE PELA EMISSORA E VENCIMENTO ANTECIPADO

4.1. Aquisição Facultativa

4.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir a Debênture em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei n.º 6.404/76.

4.2. Vencimento Antecipado

Observados os itens 4.2.1., 4.2.2. e 4.2.3. a seguir, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas à Debênture e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário da Debênture, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Evento de Inadimplemento"):

- (a) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora ou por qualquer de suas Controladas Relevantes (conforme definido no item 4.2.7. a seguir);



- (b) extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência da Emissora, e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes bem como em casos de fusão ou incorporação envolvendo a Emissora, salvo se a operação de fusão ou incorporação (i) não afetar a capacidade de pagamento da Emissora e (ii) a entidade sobrevivente for a própria Emissora, ou decretação de falência ou declaração de insolvência da Emissora, e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes;
- (c) pedido de falência não elidido no prazo legal, da Emissora ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, independentemente do valor, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei;
- (d) falta de pagamento, pela Emissora, do principal da Debênture e/ou da Remuneração nas respectivas datas de vencimento, caso não sanado em até 01 (um) dia útil;
- (e) disposição de ativos da Emissora que afete de forma comprovadamente negativa e relevante sua capacidade de pagamento em revisão pela agência de *rating* da Emissão para um grau de risco inferior a brA da Standard and Poor's ou equivalente de qualquer outra agência de *rating* definida em Assembléia de Debenturistas conforme cláusula 5.1(j);
- (f) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, em montante individual ou total igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) atualizado pelo IGP-M acumulado entre a Data de Emissão e a data de divulgação do referido índice imediatamente anterior ao Evento de Inadimplemento;
- (g) se a Emissora, ou qualquer de suas Controladas Relevantes, deixarem de pagar, na data de vencimento, considerado eventual período de cura, quantia igual ou superior, em valor individual ou total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) atualizado pelo IGP-M acumulado entre a Data de Emissão e a data de divulgação do referido índice imediatamente anterior ao Evento de Inadimplemento, relacionada a acordo ou contrato de qual sejam partes como mutuarias ou garantidoras, salvo se o não pagamento for resultante de contestação da exigibilidade do montante pela Emissora em âmbito judicial, devidamente comprovado;
- (h) protestos de títulos contra a Emissora, ou contra qualquer de suas Controladas Relevantes, cujo valor total inadimplido, individual ou total, ultrapasse R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) atualizado pelo IGP-M acumulado entre a Data de Emissão e a data de divulgação do referido índice imediatamente anterior ao Evento de Inadimplemento, ou, salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou suas



Controladas Relevantes, ou se (ii) no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da ocorrência do referido protesto, for impetrada a medida judicial cabível a fim de cancelá-lo ou suspendê-lo;

- (i) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanado em 30 (trinta) dias contados: (i) da comunicação do referido descumprimento pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) do recebimento pela Emissora de comunicação do referido descumprimento, a ela enviada pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro; o que ocorrer primeiro. Os prazos acima referidos não se aplicam às obrigações para as quais já tenha sido estipulado prazo específico;
- (j) se houver alteração ou modificação do objeto social da Emissora, que resulte em (i) direito de retirada, nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades Anônimas, e/ou (ii) alteração Substancial Adversa (conforme abaixo definido) em suas atividades comerciais;
- (k) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nos termos do item 8.2. desta Escritura;
- (l) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (n) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, outorgas e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (o) não cumprimento de qualquer decisão transitada em julgado, final e irrecorrível, contra a Emissora e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes, em valor unitário ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) atualizado pelo IGP-M acumulado entre a Data de Emissão e a data de divulgação do referido índice imediatamente anterior ao Evento de Inadimplemento, ou seu contra-valor em outras



moedas, no prazo legal para seu cumprimento;

- (p) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (q) alteração da classificação de risco da Emissora que resulte em *rating* inferior a brA da Standard and Poor's ou equivalente de qualquer outra agência de *rating* definida em Assembléia de Debenturistas conforme cláusula 5.1(j);
- (r) prática, pela Emissora de quaisquer atos em desacordo com seu Estatuto Social e a Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante o Debenturista;
- (s) deixar de manter qualquer dos índices consolidados financeiros relacionados a seguir, a serem verificados semestralmente pelo Agente Fiduciário, no ato da divulgação das informações semestrais e anuais regularmente apresentadas pela Emissora: (os "Índices Financeiros").
 - (i) Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,50 (três inteiros e cinquenta); e
 - (ii) EBITDA por Despesas Financeiras igual ou superior a 3,00 (três inteiros).
- (t) a não realização dos Investimentos até o término do Período de Investimento, nos termos do item 3.19.2, e da comprovação dos Investimentos, nos termos do item 3.19.4;
- (u) o não envio do Relatório Semestral de Investimentos, caso não sanado em até 15 (quinze) dias corridos após o final do prazo previsto na Cláusula 3.19.3;
- (v) a Emissora utilizar as notas fiscais/faturas comprobatórias dos Investimentos, como base de outro relatório de comprovação de investimento de outro provedor de recursos, ocorrendo a duplicação do lastro do financiamento;
- (x) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda, pela Emissora ou qualquer de suas Controladas Relevantes de propriedade ou posse direta de seus ativos, ou na incapacidade de gestão de seus negócios, desde que tal desapropriação, confisco ou medida, afete substancialmente a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas à Debênture;



- (z) realização pela Emissora ou de suas Controladas Relevantes de investimentos que ocasionem o descumprimento dos Índices Financeiros a que se refere a alínea "s" acima;
- (aa) ocorrência de qualquer procedimento de seqüestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, que venham a afetar de forma Substancial Adversa as atividades da Emissora, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de seu início, e
- (bb) venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência, pela Emissora ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, de bens relevantes do ativo permanente (incluindo imobilizado e investimentos) que venham a afetar de forma Substancial Adversa as atividades da Emissora, exceto as operações realizadas no curso ordinário dos negócios.

4.2.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a), (b), (c), (d), (f), (g), (m) e (n) acima ou o descumprimento da Cláusula 3.5.2, acarretará o vencimento antecipado automático da Debênture, independentemente de notificação do Agente Fiduciário neste sentido e/ou de qualquer consulta ao Debenturista, e/ou de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, quando então o vencimento antecipado será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário.

4.2.2. Na ocorrência de quaisquer dos eventos não indicados no item 4.2.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 5 (cinco) dias úteis em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado da Debênture, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula VII a seguir e o quorum específico estabelecido no item 4.2.3 a seguir. Uma vez realizada a convocação o Agente Fiduciário deverá enviar cópia da mesma à Emissora no mesmo dia de sua publicação. Na hipótese de haver apenas um Debenturista, a convocação para Assembléia Geral de Debenturistas ficará dispensada, desde que devidamente comprovado o envio do comunicado ao Debenturista.

4.2.3. A Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.2.2 anterior poderá, por deliberação (i) de 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação em primeira convocação, ou (ii) de maioria simples dos presentes em segunda convocação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures. Não se realizando a Assembléia Geral de Debenturistas conforme disposto na Cláusula 4.2.2 supra, ou em não havendo (i) deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, e/ou quorum necessário para tanto, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este



deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes da Debênture.

4.2.4. Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado da Debênture, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (e, no caso do subitem (d) do item 4.2. acima, dos encargos moratórios, nos termos do item 3.12 desta Escritura, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora no endereço constante no item 3.14. desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 3.12 acima.

4.2.5. Caso o Debenturista declare o vencimento antecipado da Debênture em virtude da ocorrência dos eventos indicados no subitem 4.2 (t) e 4.2 (v) acima, sobre o valor de liquidação da debênture, calculado nos termos do item 4.2.4, será acrescido de 2,0% (dois por cento) sobre o valor da Emissão.

4.2.6. Para fins dos itens (a), (b) e (c) do item 4.2. acima, será considerado como pedido ou decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

4.2.7. Para fins desta Escritura, são consideradas "Controladas Relevantes" (a) o Garantidor, e (b) as sociedades controladas pela Emissora (conforme definido no Artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) (i) cuja totalidade dos ativos represente, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos ativos totais da Emissora, em base consolidada; (ii) cujo EBITDA represente, no mínimo, 5% (cinco por cento) do EBITDA da Emissora, em base consolidada, e/ou (iii) cujo passivo total represente, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos passivos totais da Emissora, em base consolidada, cada um conforme determinado nas informações financeiras mais recentes arquivadas na CVM.

4.2.8. Para fins desta Escritura, "EBITDA" significa, com relação aos 12 meses anteriores à data de apuração do índice e determinado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e em base consolidada, o lucro ou o prejuízo líquido revertido dos seguintes valores: (i) despesas de depreciação; (ii) despesas de amortização do diferido; (iii) resultado financeiro; (iv) imposto de renda e contribuição



social; (v) resultados não operacionais; e (vi) resultados de participação em sociedades controladas e coligadas.

4.2.9. Para fins desta Escritura, "Dívida": significa, sem duplicação e em base consolidada as obrigações relativas a: (i) empréstimos e financiamentos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil; (ii) tributos parcelados; (iii) contas a pagar à Fundação Cosipa de Seguridade Social - FEMCO; (iv) operações de *leasing*; (v) garantias prestadas; e (vi) Instrumentos Financeiros.

4.2.10. Para fins desta Escritura, "Dívida Líquida": significa em base consolidada o valor Dívida menos disponibilidades, determinado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

4.2.11. Para fins desta Escritura, "Despesas Financeiras de Juros": significa, com relação aos 12 meses anteriores à data de apuração do índice e determinado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e em base consolidada o somatório de: (i) juros incorridos ou provisionados em relação à Dívida consolidada; (ii) juros capitalizados ou diferidos em relação à Dívida consolidada e (iii) despesas de *leasing*.

4.2.12. Para fins desta Escritura, "Instrumentos Financeiros": significa, em base consolidada, os contratos de swap de taxa de juros ou moeda, *forward*, *collar*, *floor*, *cap* ou qualquer outra transação similar, apurado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

4.2.13. Ainda para fins desta Cláusula IV, a "Taxa de Conversão" dos valores em dólares norte americanos indicados acima, será a cotação divulgada pelo Banco Central do Brasil, via SISBACEN, no Boletim de Taxas de Câmbio e de Mercado, código PTAX800, opção 5/venda, moeda 220, verificada para a liquidação financeira de obrigações vencíveis em determinada data e devidamente divulgada pelo Banco Central do Brasil no dia útil imediatamente anterior à data do evento.

CLÁUSULA V - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, inclusive disponibilizar no site da CVM, observando os prazos previstos na regulamentação vigente, suas demonstrações financeiras completas relativas a cada exercício, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como as informações periódicas e eventuais que venham a ser requisitadas;



(b) encaminhar ao Agente Fiduciário:

(b.1) imediatamente após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relacionada a um evento de inadimplemento que possa afetar de forma Substancial Adversa as atividades da Emissora. Para os fins da presente Escritura, considera-se forma "Substancial Adversa" qualquer alteração adversa (i) nas condições econômicas e financeiras da Emissora que possa prejudicar suas atividades da maneira como são conduzidas atualmente; (ii) nos negócios, propriedades ou resultados da Emissora; e (iii) na habilidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura;

(b.2) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante o Debenturista no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de vencimento, sendo admitido o envio da tela disponibilizada pela CETIP para comprovação dos respectivos pagamentos,

(b.3) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 4.2 da Cláusula IV, imediatamente após sua ciência,

(b.4) Dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada semestre (i) demonstrativo detalhado de cálculo dos limites e índices financeiros, previstos na alínea "s" do item 4.2 acima, bem como (ii) declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura, podendo tais informações ser disponibilizadas por e-mail.

(c) manter as suas respectivas contabilidades atualizadas e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(d) manter sempre atualizado os seus respectivos registros de companhia aberta junto à CVM, nos termos das Instruções CVM aplicáveis, e fornecer ao Debenturista as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas na Lei 6.404/76, quando solicitado;

(e) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades, no prazo de 30 (trinta) dias após o evento, desde que possa afetar a sua capacidade de realizar os pagamentos devidos nos termos desta Escritura;

(f) não realizar operações fora de seus respectivos objetos sociais, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;



(g) tomar todas as medidas necessárias para:

g.1) preservar todos os seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais) e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios dentro do respectivo objeto social;

g.2) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios;

g.3) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e outras; e

g.4) estender as medidas dispostas nos itens g.1 a g.3 para as Controladas Relevantes;

(h) manter os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado, e manter e conservar, em boa ordem e condição de funcionamento, ressalvado o desgaste decorrente de seu uso normal, os seus bens, relevantes, necessários ou úteis para a devida condução de seus negócios;

(i) contratar agência classificadora de risco internacional em funcionamento no País para obtenção de *rating* para (i) manter atualizado o relatório de avaliação, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento da Debênture; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco dentro de cada exercício social ou 5 (cinco) dias após sua elaboração; e (iii) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco da Debênture. Caso a agência de rating contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir o rating, a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário que, nos termos do item 7.1.2. da presente Escritura, convocará Assembléia de Debenturista para que esta defina a nova agência de rating;

(j) manter contratado durante o prazo de vigência da Debênture, às suas expensas, o Banco Escriturador e o Agente Fiduciário;

(k) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses do Debenturista ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura;

(l) responder pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência de todas as



informações diretamente prestadas nesta Escritura;

(m) fazer com que sejam realizadas reuniões entre sua diretoria financeira e operacional e o Debenturista sobre o andamento dos Investimentos, em data acordada mutuamente entre a Emissora e o Debenturista, conforme solicitação prévia do Debenturista, mediante o envio de comunicação, na forma do item 3.14, com no mínimo 30 dias de antecedência da data proposta pelo Debenturista para reunião;

(n) informar ao Agente Fiduciário sobre qualquer descumprimento de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, incluindo cláusulas referentes à garantia, sem prejuízo do item (b.5) acima;

(o) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da Debênture ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;

(p) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

(q) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência da Debênture e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações constantes na Cláusula 8.2, alíneas (a) até (i), bem como as alíneas (k) e (r), garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;

(r) manter atualizados os alvarás, aprovações, autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios principais, especialmente aqueles que, uma vez desatualizados e/ou inexistentes podem afetar de Forma Substancial Adversa às atividades da Emissora;

(s) zelar para que suas demonstrações financeiras e registros contábeis não contenham qualquer informação errada ou, falsa e/ou omitam qualquer informação relevante que deva ser divulgada de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(t) não participar de, ou realizar, qualquer operação com partes relacionadas que não seja realizada em condições estritamente comutativas e compatíveis com os parâmetros de mercado;

(u) a Emissora não deverá celebrar qualquer contrato ou tomar qualquer outra providência que se possa, com alguma razoabilidade, restringir, reduzir ou de qualquer outra forma adversamente afetar (i) os direitos do Agente Fiduciário ou do Debenturista, decorrentes desta Escritura; e

(v) a Emissora deverá arcar com todas as despesas razoáveis e devidamente comprovadas relacionadas à presente Emissão, inclusive, mas não se limitando a, os custos com o Agente Fiduciário, com o Banco Escriturador, com assessores legais, inclusive os assessores legais do Debenturista contratados para assessorar o Debenturista com relação à presente Emissão, com a agência de rating, custos relativos ao registro na CVM, na Associação Nacional de Bancos de Investimento – ANBID, na CETIP, na Bovespa Fix, sistema de negociação administrado pela Bovespa, despesas de registro em cartório, quando aplicáveis, dentre outros.

CLÁUSULA VI - AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. Nomeação

6.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário do Debenturista, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar o Debenturista perante a Emissora.

6.1.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até (i) o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou (ii) a sua substituição nos termos da cláusula 6.3 desta Escritura, o que ocorrer primeiro.

6.2. Declaração

O Agente Fiduciário declara:

(a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;

(b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(c) aceitar integralmente a Escritura, todas as suas cláusulas e condições; e



(d) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e da CVM.

A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

6.3. Substituição

6.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia de Debenturista para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, pelo Debenturista, ou pela CVM.

6.3.2. Se a convocação da Assembléia de Debenturista a que se refere o item 6.3.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

6.3.3. A remuneração do novo agente fiduciário será de responsabilidade da Emissora e definida na própria Assembléia de Debenturista que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto no subitem 6.3.7 adiante.

6.3.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato ao Debenturista, pedindo sua substituição.

6.3.5. É facultado ao Debenturista, após o encerramento da distribuição da Debênture, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

6.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28/83, e eventuais normas posteriores.

6.3.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração deliberada pelo Debenturista, não podendo esta ser superior à remuneração percebida pelo anterior, exceto se as condições de mercado impeçam a manutenção de tal remuneração, hipótese na qual serão observadas as condições de mercado vigentes à época.



6.3.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura.

6.3.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura ou de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a Data de Vencimento. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

6.4. Deveres e Atribuições do Agente Fiduciário

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses do Debenturista, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando o Debenturista acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições da Debênture;
- (h) solicitar, de maneira razoável, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e órgãos de registros públicos, inclusive das distribuições cíveis, das Varas da Fazenda Pública,



Cartório de Protesto, Justiça Trabalhista, Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública competente;

(i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;

(j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa, previstos no item 7.1 abaixo. Na hipótese de haver apenas um Debenturista, a convocação ficará dispensada, desde que devidamente comprovado o envio do comunicado ao Debenturista, na forma prevista no subitem 3.14;

(k) comparecer à Assembléia de Debenturista a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(l) elaborar relatório anual, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

l.1) eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;

l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

l.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

l.4) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão da Debênture, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

l.5) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
e

l.6) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(m) disponibilizar o relatório de que trata a alínea "l" no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora, (b) no local indicado pelo Agente Fiduciário e (c) na sede do Debenturista;



- (n) manter atualizado o endereço do Debenturista mediante, inclusive, gestões junto à Emissora e ao Banco Escriurador;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (p) notificar o Debenturista da ocorrência de qualquer vencimento antecipado automático, nos termos da cláusula 4.2.1 acima, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da sua ocorrência;
- (q) fazer cumprir o disposto no item 5.1.(k) desta Escritura e encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) objeto da atualização, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data em que tiver ciência de sua divulgação;
- (r) verificar anualmente a regularidade da constituição das garantias da Debênture, observando a manutenção de sua suficiência e exigibilidade;
- (s) acompanhar, calcular e apurar os índices e limites, bem como as remunerações, na periodicidade prevista nesta Escritura;
- (t) monitorar diligentemente os procedimentos de constituição de garantias e estabelecimento de mecanismos de pagamento; e
- (u) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando o Debenturista acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações.

6.5. Atribuições Específicas

6.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses do Debenturista e da realização de seu crédito, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencida a Debênture e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização do crédito do Debenturista;
- (c) requerer a falência da Emissora; e



(d) representar o Debenturista em processo de falência, recuperação judicial e/ou extrajudicial da Emissora.

6.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b" e "c" do *caput* deste artigo se, convocada Assembléia de Debenturista para este fim específico, o Debenturista assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem 6.5.1 (d) acima.

6.6. Remuneração

6.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração, às expensas da Emissora, a ser paga da seguinte forma:

6.6.2. Parcelas trimestrais de R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais), sendo a primeira devida 5 (cinco) dias após a assinatura da Escritura de Emissão e as demais na mesma data do primeiro mês dos trimestres subsequentes, atualizadas anualmente pela variação do IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento de cada parcela, calculadas "pro rata die", se necessário.

6.6.3. Decorrido e não sanado dentro no período de cura, no caso de inadimplemento no pagamento das debêntures ou de reestruturação previa, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 400,00 por homem x hora de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou Debenturista; e (iii) implementação das consequências tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após a comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora.

6.6.4. As parcelas dispostas nas alíneas acima serão atualizadas anualmente pela variação do IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou, na falta deste, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir de 1º de novembro de 2008.

6.6.5. A remuneração acima será devida até o cancelamento das Debêntures e mesmo após o vencimento, caso o Agente Fiduciário esteja atuando na cobrança de inadimplência não sanada pela Emissora.

6.6.6. A remuneração não inclui despesas razoáveis e devidamente comprovadas com publicações, transportes, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias



necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implementação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação.

6.6.7. Com exceção expressa do IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), as remunerações serão acrescidas dos seguintes tributos,: Impostos sobre Serviços de qualquer Natureza (ISS), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.6.8. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses do Debenturista deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelo Debenturista e ressarcidas posteriormente pela Emissora, sendo que tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante do Debenturista, e eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais, desde que previamente aprovadas pelo Debenturista, serão igualmente suportadas pelo Debenturista. Alternativamente e enquanto o investidor da Debênture no mercado primário for o único investidor na Debênture, todos os procedimentos judiciais e extrajudiciais decorrentes do disposto nesta Escritura poderão ser exercidos diretamente por tal Debenturista, sem necessidade de intervenção do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA VII - ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTA

7.1. Convocação

7.1.1. O Debenturista poderá, a qualquer tempo, deliberar em sede de Assembléia de Debenturista sobre matéria de seu interesse.

7.1.2. A Assembléia de Debenturista desta Emissão poderá ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário ou pelo Debenturista.

7.1.3. Aplicar-se-á à Assembléia de Debenturista, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

7.2. Quorum de Instalação



7.2.1. A Assembléia de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.3. Quorum de Deliberação

7.3.1. Todas as alterações nas características e condições da Debênture e da Emissão deverão ser aprovadas pelo Debenturista, em sede de Assembléia de Debenturista. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto quorum qualificado em lei ou na presente Escritura de Emissão.

7.3.2. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias de Debenturista.

CLÁUSULA VIII – DECLARAÇÕES, GARANTIAS e OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

8.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário:

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (c) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (d) não há qualquer ligação entre o Agente Fiduciário e a Emissora que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (e) verificou a regularidade da constituição da garantia fidejussória prestada ao Debenturista pelo Garantidor.

8.2. Declarações, Garantias e Obrigações Adicionais da Emissora:



A Emissora declara e garante, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura e a colocação da Debênture não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em:
 - (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, inclusive, sem limitação, obrigação de observância dos índices financeiros estabelecidos nesses contratos ou instrumentos;
 - (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou
 - (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) mantém os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (f) mantém em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das condições atuais de operação e funcionamento;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado e ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) as informações da Emissora relativas ao último trimestre encerrado representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;



(i) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(j) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira, ou em sua atividade;

(k) não omite ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração Substancial Adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo do Debenturista;

(l) não há fatos relevantes relativos à Emissora não divulgados à instituição coordenadora da Emissão e ao mercado;

(m) o registro de companhia aberta da Emissora está atualizado perante a CVM;

(n) tem todas as autorizações, concessões e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;

(o) está ciente de que a instituição coordenadora da Emissão não realizou *due diligence*, auditoria legal, financeira ou contábil na Emissora, tendo-se baseado exclusivamente nas declarações apresentadas pela Emissora na presente Escritura;

(p) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura;
e

(q) não há, nesta data, (i) quaisquer títulos de sua emissão ou contra si sacados, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; ou (ii) dívida vencida e não paga de sua responsabilidade, de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão;

(r) alocará, no mínimo, o montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor total de cada empreendimento a ser realizado nos moldes do Anexo II, com fundos da



própria Emissora e/ou obtidos por outras formas de financiamento.

8.3. Declarações e Garantias do Garantidor:

O Garantidor declara e garante, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizado para celebrar esta Escritura e para a outorga da garantia prevista nesta Escritura, bem como a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura e a outorga da garantia não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual o Garantidor seja parte, nem irá resultar em:
 - (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos;
 - (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem do Garantidor, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou
 - (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações do Garantidor, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) mantém os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (f) mantém em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar ao Garantidor a manutenção das condições atuais de operação e funcionamento;
- (g) as demonstrações financeiras do Garantidor, relativas ao último exercício social encerrado e ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira do Garantidor e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) as informações do Garantidor relativas ao último trimestre encerrado



representam corretamente a posição patrimonial e financeira do Garantidor e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(i) o Garantidor está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(j) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante no Garantidor, em sua condição financeira, ou em sua atividade;

(k) não omite ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração Substancial Adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo do Debenturista;

(l) tem todas as autorizações, concessões e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;

(m) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura;

(n) não há, nesta data, (i) quaisquer títulos de sua emissão ou contra si sacados, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; ou (ii) dívida vencida e não paga de sua responsabilidade, de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; e

(o) a fiança criada por meio desta Escritura constitui uma fiança legal, válida e exigível de acordo com os termos e condições da presente Escritura.

CLÁUSULA IX – GARANTIA FIDEJUSSÓRIA

9.1. A Debênture será garantida por fiança (a "Fiança") prestada pelo Garantidor, qualificado no preâmbulo desta Escritura, obrigando-se o Garantidor perante o Debenturista, na qualidade de fiador, principal pagador e solidariamente responsável



com a Emissora de todos os valores devidos pela Emissora nos termos da Escritura, sendo a Fiança prestada em caráter irrevogável e irretratável para todos os efeitos legais, até o integral cumprimento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura. O Garantidor renuncia, desde já, aos benefícios previstos nos artigos 366, 827, 829, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro. Todos e quaisquer pagamentos realizados pelo Garantidor em relação à Fiança serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

9.2. O valor garantido será pago pelo Garantidor, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da notificação por escrito do Agente Fiduciário ao Garantidor, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações. Tal notificação só poderá ser emitida pelo Debenturista (i) após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura, respeitados eventuais períodos de cura ou (ii) quando da declaração do vencimento antecipado da Debênture.

9.3. O Garantidor firma esta Escritura declarando conhecer todos os seus termos e condições.

CLÁUSULA X - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Debenturista ou ao Agente Fiduciário em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Terceiro Adquirente

O Debenturista neste ato declara conhecer e concordar com todos os termos e condições desta Escritura e compromete-se a, na hipótese de negociação da Debênture com quaisquer terceiros ("Terceiro Adquirente"), sem prejuízo da hipótese prevista no item 2.5.2. acima, entregar ou fazer com que o Terceiro Adquirente entregue ao Agente Fiduciário declaração firmada pelos representantes legais do



Terceiro Adquirente, nos termos do Anexo I à presente Escritura, responsabilizando-se pelo descumprimento de tal obrigação.

10.3. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.4. Foro

Fica eleito o Foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 15 de dezembro de 2008.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive 'S' followed by a loop and a vertical stroke.

Página de assinaturas da Escritura Particular da 5ª Emissão de Debênture Não Conversível em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, de Emissão da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



Página de assinaturas da Escritura Particular da 5ª Emissão de Debênture Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, de Emissão da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

USIMINAS MECÂNICA S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

TESTEMUNHAS

Nome:

RG.:

Fernando Domingues de Oliveira Jr
CPF: 311.809.728-10
RG: 43.620.431-9

Nome:

RG.:

Marcelo Takeshi Yano de Andrade
CPF: 313.854.188-77
RG: 27.272.909-7

8



Página de assinaturas da Escritura Particular da 5ª Emissão de Debênture Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, de Emissão da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

15 DEZ 2008
visto...

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: Patrícia Russo
CPF: 314.714.178-08
Cargo: RG: 42.328.566-X



Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04834-013 - fone: 11 3078-1836

ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
tabelião

Reconheço, por semelhança, a firma de: PATRICIA FERREIRA RUSSO, em documento com valor econômico, do ff.
São Paulo, 15 de dezembro de 2008.
Em Teste da Verdade. Cód. [-1223198912234532396065-0892]

PAULO ROGERIO FEITOSA DE REZENDE - ESCRIVENTE AUTORIZADO (Qtd 1: Total R\$ 4,50)
Selo(s): 1 Ato: 1077A-0260032

**ESCRITURA PARTICULAR DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURE NÃO CONVERSÍVEL EM
AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DE EMISSÃO DA
USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS**

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE TERCEIRO ADQUIRENTE

[*nome e qualificação completa do adquirente*], na qualidade de adquirente da debênture da 5ª Emissão de Debêntures de Emissão da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (respectivamente, "Debênture" e "Emissora"), nos termos da Escritura Particular da 5ª Emissão de Debênture não Conversível em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, de Emissão da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("Escritura"), declaro o quanto segue:

- (a) tenho pleno conhecimento dos termos e condições da Escritura, com os quais estou de acordo, especialmente com relação à emissão primária da Debênture mediante dispensa automática de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nos termos do inciso II do artigo 5º da Instrução CVM nº400 de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
- (b) estou ciente de que, em razão de a emissão primária ter sido realizada mediante dispensa automática de registro, a instituição coordenadora da Emissão não realizou *due diligence*, ou qualquer tipo de auditoria legal, financeira ou contábil na Debênture, na Escritura, na Emissora ou no Garantidor, nem produziu Prospecto (conforme definido na Instrução CVM 400/03), material de divulgação, venda ou propaganda da Debênture de qualquer natureza, e isento a instituição coordenadora da Emissão de responsabilidade por quaisquer informações veiculadas no mercado com relação à Emissora, ao Garantidor ou à própria Debênture e Escritura; e
- (c) fiz minha própria investigação sobre a Emissora e o Garantidor, suas atividades e suas situações financeiras e tive acesso às informações que julguei necessárias à tomada de minha decisão de investimento na Debênture, não tendo me baseado, para esse fim, em qualquer documento, declaração ou procedimento realizado ou preparado pela instituição coordenadora da Emissão.

[local e data]

[nome e qualificação completa do adquirente]



**ESCRITURA PARTICULAR DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURE NÃO CONVERSÍVEL EM
AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DE EMISSÃO DA
USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS**

ANEXO II

RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PLANO DE INVESTIMENTOS

OS RECURSOS DEVERÃO SER UTILIZADOS PARA FINANCIAR ATÉ 90% (NOVENTA POR CENTO) DO VALOR DE CADA INVESTIMENTO EM CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA OU IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA NOS SETORES FERROVIÁRIOS, PORTUÁRIOS, ENERGIA ELÉTRICA E/OU SANEAMENTO.

AS DATAS E VALORES ABAIXO DESCRITOS SÃO INDICATIVOS E PODERÃO SOFRER ALTERAÇÕES, DESDE QUE RESPEITADA A DATA LIMITE DE COMPROVAÇÃO FINAL DOS INVESTIMENTOS.

O INGRESSO OU A ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DAS CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS DEPENDERÃO DE CONCORDÂNCIA PRÉVIA DO DEBENTURISTA.

RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS

(Valores em milhões de R\$)

Item	2009 1º Sem	2009 2º Sem	2010 1º Sem	2010 2º Sem	TOTAL
1. Usina Santana do Paraíso	19.7	74.0	143.9	258.6	496.2
1.1. Sistema Elétrico	-	57.3	83.1	143.7	284.1
1.1.1. Engenharia, Supervisão e Obras Cíveis	-	1.3	3.4	-	4.8
1.1.2. Equipamentos e Montagem	-	56.0	79.7	143.7	279.4
1.2. Equipamentos Ferroviários (Carro Torpedo, Locomotivas e Vagões)	19.6	16.7	26.7	52.6	115.7
1.2.1. Engenharia, Supervisão e Obras Cíveis	19.6	16.7	-	24.4	60.7
1.2.2. Equipamentos e Montagem	-	-	26.7	28.3	55.0
1.3. Estação de Tratamento de Esgoto e Sistemas Ambientais	-	-	0.1	0.2	0.3
1.3.1. Engenharia, Supervisão e Obras Cíveis	-	-	-	-	-
1.3.2. Equipamentos e Montagem	-	-	0.1	0.2	0.3
1.4. Captação, Tratamento e Distribuição de Água Potável e Industrial	-	-	6.3	29.0	35.3
1.4.1. Engenharia, Supervisão e Obras Cíveis	-	-	-	8.3	8.3

1.4.2. Equipamentos e Montagem	-	-	6.3	20.7	27.0
1.5. Redes de Distribuição de Água Potável, Industrial, Esgoto e Pluvial	-	-	27.7	33.1	60.7
1.5.1. Engenharia, Supervisão e Obras Cíveis	-	-	6.4	6.6	13.0
1.5.2. Equipamentos e Montagem	-	-	21.2	26.5	47.7
2. Mineração	23.0	23.0	202.9	210.0	458.9
2.1. Terminal Portuário	23.0	23.0	169.6	176.7	392.2
2.1.1. Implantação - Projeto, Equipamentos, Construção e Gerenciamento	3.0	3.0	169.6	176.7	352.2
2.1.2. Reabilitação Ambiental	20.0	20.0	-	-	40.0
2.2. Ramal Ferroviário	-	-	33.3	33.3	66.7
Total	42.7	97.0	346.8	468.6	955.1